



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 8ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

Aos 03 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001833-61.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck, pela Diretora de Secretaria Jeane Rader e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 22.03.1967

Data da última correição realizada: 15.04.2015

Data da Implantação do PJe: 23.09.2013

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 03.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Eny Ondina Costa da Silva	Juíza Titular	Desde 18.12.2009
Carolina Hostyn Gralha Beck	Juíza Substituta	Desde 28.01.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 8ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de 01 Juiz Substituto, ocupada pela Juíza Substituta Carolina Hostyn Gralha Beck.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
01 Eny Ondina Costa da Silva	Desde 18.12.2009	Juíza Titular	6 anos, 4 meses e 16 dias
02 Carolina Hostyn Gralha Beck	Desde 28.01.2013	Juíza Substituta lotada na 8ª VT de Porto Alegre	3 anos, 3 meses, 6 dias
	07.01 a 22.02.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	1 ano e 16 dias
	23.02 a 04.03.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	12 dias
	05.03 a 09.03.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	5 dias
	13.04 a 28.04.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	16 dias
	30.04 a 24.05.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	25 dias
	25.05 a 26.05.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	2 dias
	30.05 a 13.06.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	14 dias
	14.06 a 06.07.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	23 dias
	09.07 a 15.07.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	7 dias
	16.07 a 19.07.2015	Atuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	4 dias
	20.07 a 26.07.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	7 dias
	27.07 a 14.08.2015	Atuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	18 dias
	20.08 a 08.09.2015	Atuou em razão das férias da Juíza Titular	19 dias
	17.09 a 20.09.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	4 dias
	21.09 a 23.09.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	3 dias
24.09 a 18.10.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	28 dias	
19.11 a 14.12.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	26 dias	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		15.12 a 19.12.2015	Autuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	5 dias
		06.02 a 14.02.2016	Autuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	9 dias
		25.02 a 14.03.2016	Atuou como Juíza Substituta lotada	20 dias
		17.03 a 03.04.2016	Atuou como Juíza Substituta lotada	17 dias
		04.04 a 26.04.2016	Autuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	23 dias
03	Kelen Patrícia Bagetti (Juíza do Trabalho Substituta)	16.07 a 19.07.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	4 dias
04	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	30.07.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	1 dia
05	Átila da Rold Roesler (Juiz do Trabalho Substituto)	04.08 a 05.08.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	2 dias
		12.08 a 14.08.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	3 dias
06	Rodrigo Machado Jahn (Juiz do Trabalho Substituto)	07.01 a 20.01.2016	Autuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	14 dias
		22.01 a 05.02.2016	Autuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	14 dias
		06.02 a 14.02.2016	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	9 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		15.02 a 28.02.2016	Atuou em razão da Juíza Titular estar na Direção do Foro	14 dias
		04.04 a 13.04.2016	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	10 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Eny Ondina Costa da Silva	Férias	23.02 a 04.03.2015	10 dias
		Férias	25.05 a 13.06.2015	20 dias
		Férias	20.07 a 26.07.2015	07 dias
		Exercendo a Direção do Foro	27.07 a 14.08.2015	19 dias
		Férias	17.08 a 08.09.2015	23 dias
		Licença para tratamento de saúde	21.09 a 23.09.2015	03 dias
		Exercendo a Direção do Foro	15.12.2015 a 08.05.2016	146 dias
Substituta	Carolina Hostyn Gralha Beck	Afastamento conforme PA nº 0001385-25.2015.5.04.0000	10.03 a 11.03.2016	02 dias
		Férias	12.03 a 10.04.2015	30 dias
		Afastamento conforme PA nº 0002655-84.2015.5.04.0000	29.04.2015	01 dia
		Afastamento conforme PA nº 0003220-48.2015.5.04.0000	27.05 a 29.05.2015	03 dias
		Afastamento conforme PA nº 0004252-88.2015.5.04.0000	07.07 a 08.07.2015	02 dias
		Afastamento conforme PA nº 0005054-86.2015.5.04.0000	18.08 a 19.08.2015	02 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Afastamento conforme PA nº 0005054-86.2015.5.04.0000	15.09 a 16.09.2015	02 dias
	Férias	19.10 a 17.11.2015	30 dias
	Afastamento conforme PA nº 0005054-86.2015.5.04.0000	18.11.2015	01 dias
	Férias	07.01 a 05.02.2016	30 dias
	Férias	15.02 a 24.02.2016	10 dias
	Afastamento conforme PA nº 0001162-38.2016.5.04.0000	15.03 a 16.03.2016	02 dias
	Afastamento conforme PA nº 0000799-51.2016.5.04.0000	27.04 a 01.05.2016	05 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Jeane Rader	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	11.01.2010
2	Adriana Wolf Friedrich *	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Titular (FC05)	07.01.2010
-	Evelyn Petersen Saadi	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	28.01.2013
3	Reinaldo Rigo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	18.05.2015
4	Hermano Talamine Zanotta Carneiro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	16.04.2013
5	Lucas Fernando Pereira Vecossi	Técnico Judiciário –	Secretário de	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		Área Administrativa	Audiência (FC03)	
6	Leandro Luis Oliveira Da Costa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	06.06.1994
7	Liliane Roos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	29.10.2010
8	Alexandre Dalcarobo Bicca	Técnico Judiciário – Área Administrativa		09.01.2015
9	Aline Tiboni	Analista Judiciário – Área Administrativa		17.06.2015
10	Clarissa Dias Da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa		16.06.2015
11	Douglas Dickel	Técnico Judiciário – Área Administrativa		02.04.2007
12	Gisele Oliveira De Almeida	Técnico Judiciário – Área Administrativa		20.04.2016
13	Renata Peil Marques Vaz	Técnico Judiciário – Área Administrativa		15.06.2010
-	Joao Gilberto Jarzynski**	Analista Judiciário – Área Judiciária		14.02.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

*Há saída prevista da servidora Adriana Wolf Friedrich para nova lotação no Gabinete da Exma. Desembargadora Ana Rosa Sagrilo.

**Servidor classificado como “excedente” pela SEGESP

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.592 processos	1.501 a 2.000	13 servidores	13 a 14 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios



para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está dentro dos parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Jeane Rader	Curso ou Evento (CURS)	03	08
	Curso Parcial	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	04	
Adriana Wolf Friedrich	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	08	08
Evelyn Petersen Saadi	-	-	-
Reinaldo Rigo Desde 18.05.2015*	Curso ou Evento (CURS)	01	01
Hermano Talamine Zanotta Carneiro	-	-	-
Lucas Fernando Pereira Vecossi	-	-	-
Leandro Luis Oliveira Da Costa	-	-	-
Liliane Roos Santos	Curso Parcial	04	04
Alexandre Dalcarobo Bicca Desde 09.01.2015*	Curso ou Evento (CURS)	03	03
Aline Tiboni Desde 17.06.2015*	Curso ou Evento (CURS)	05	05
Clarissa Dias Da Silveira Desde 16.06.2015	Curso ou Evento (CURS)	02	09
	Dispensa Médica (DM)	01	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	06	
Douglas Dickel	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	07	07
Gisele Oliveira De Almeida Desde 20.04.2016*	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Renata Peil Marques Vaz	Curso ou Evento (CURS)	05	06
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	01	
Joao Gilberto Jarzynski	Faltas Injustificadas	13	45
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	01	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	31	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1 Beatriz Martins Lauffer	10.12.2012	05.04.2015	02 anos, 03 meses e 26 dias	Lotação na 10ª VT de Porto Alegre- Assistente de Juiz Substituto(FC05)
2 Inacio Jeremias Mossmann	04.10.1993	03.05.2015	21 anos, 06 meses e 30 dias	Lotação na Secretaria da 11ª Turma - Assistente (FC04)
3 Ana Cristina Almeida De Almeida	17.07.1995	03.05.2015	19 anos, 9 meses e 17 dias	Inativo
4 Rogerson De Medeiros Batista*	04.09.2014	03.05.2015	08 meses	Lotação na 29ª VT de Porto Alegre- Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)
5 Fernando Vargas De Souza	22.04.2015	21.03.2016	11 meses	Lotação no Gabinete do Exmo. Des. João Paulo Lucena - Assistente de Gabinete (FC05)



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

*O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) na Vara do Trabalho correccionada

2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Luana Huber Rodrigues	Direito	09.03.2016 a 08.09.2016
2	Matheus Lopes pereira	Direito	13.05.2015 a 19.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Eny Ondina Costa da Silva	-	-	7,5	7,5
Substituta	Carolina Hostyn Gralha Beck	-	-	109	109

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Jeane Rader	-	10,5	18	28,5
Adriana Wolf Friedrich	-	-	-	-
Evelyn Petersen Saadi	-	-	5	-
Reinaldo Rigo	-	-	78	78
Hermano Talamine Zanotta Carneiro	-	-	-	-
Lucas Fernando Pereira Vecossi	20	-	20	40
Leandro Luis Oliveira Da Costa	-	04	20	24
Liliane Roos Santos	20	-	36	56
Alexandre Dalcarobo Bicca	-	20	-	20
Aline Tiboni	69	20	355	444
Clarissa Dias Da Silveira	-	-	372	372



Douglas Dickel	-	-	41	41
Gisele Oliveira De Almeida	20	-	50	70
Renata Peil Marques Vaz	-	-	246	246
Joao Gilberto Jarzynski*	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33
Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
Porto Alegre - 26a Vara	1.522	1.592	1.784	1.632,67
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33
Unidades com 1.501 a 2.000 processos por ano	63.576	68.465	73.766	1.673,23

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
----------	------	------	-----------------------	------------------------	-----------------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.104	2.377	12,98%	2.533	6,56%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	405	516	27,41%	470	-8,91%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.929	1.914	-0,78%	1.883	-1,62%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	107	125	16,82%	82	-34,40%
Total	4.545	4.932	8,51%	4.968	0,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

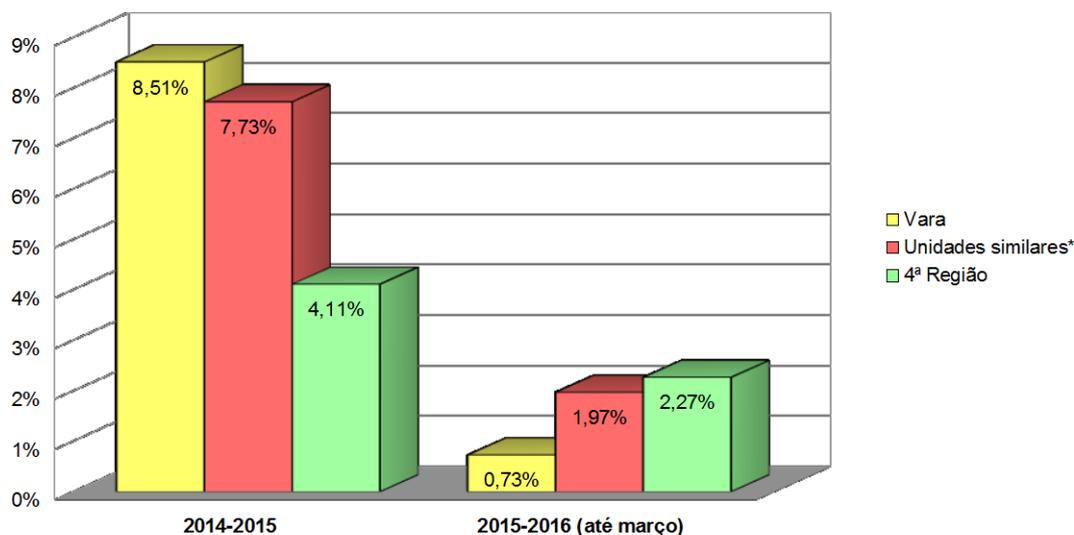
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 8,51% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 273 processos).

A variação no acervo de processos na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi superior ao da 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. No primeiro trimestre de 2016, contudo, o estoque de processos apresentou redução da taxa de elevação, totalizando um acréscimo de apenas 0,73% no período, índice abaixo da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até março)	Varição 2015-2016
Casos novos	1.574	1.684	6,99%	418	-75,18%
Sentença Anulada/Reformada	11	11	0,00%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.395	1.390	-0,36%	378	-72,81%
Processos pendentes de solução	1.094	1.444	31,99%	1.494	3,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

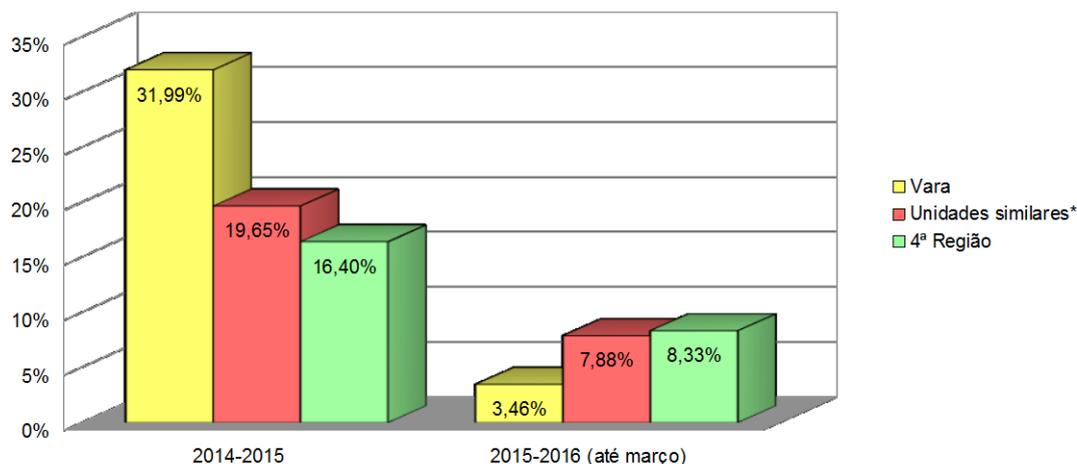
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 31,99% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.094 para 1.444 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator para esse acréscimo no estoque foi um aumento de 6,99% no número de casos novos em comparação com os dados do ano de 2014.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve um aumento de 68,49% no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar das especificações constantes do quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	250	303	21,20%	428	41,25%
Aguardando encerramento da instrução	657	851	29,53%	854	0,35%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	114	167	46,49%	75	-55,09%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	73	123	68,49%	137	11,38%
TOTAL	1.094	1.444	31,99%	1.494	3,46%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	88,63%	82,54%	-6,87%	90,43%	9,56%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	77,01%	-11,49%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 82,54% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 6,87% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi um pouco inferior ao das unidades de porte semelhante e à média geral do TRT da 4ª Região em 4,46 e 6,57 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	54,56%	50,04%	-8,29%	20,30%	-59,43%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	19,57%	-63,36%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 50,04% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 8,29% inferior ao verificado no ano anterior. Por conta dessa queda, tal desempenho mostrou-se inferior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual (3,38 pontos percentuais) e à média de todas as Unidades integrantes da 4ª Região (5,17 pontos percentuais).

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	464	33,26	541	38,92	87	23,02
	Julgado procedente	24	1,72	24	1,73	11	2,91
	Julgado procedente em parte	496	35,56	428	30,79	169	44,71
	Julgado improcedente	173	12,4	136	9,78	55	14,55
	Extinto	10	0,72	13	0,94	5	1,32
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.167	83,66	1.142	82,16	327	86,51
	Extinto	22	1,58	24	1,73	5	1,32



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Sem exame de mérito	Arquivamento (art. 844 CLT)	166	11,9	175	12,59	34	8,99
	Desistência	37	2,65	45	3,24	11	2,91
	Outras decisões	3	0,22	4	0,29	1	0,26
	SUBTOTAL	228	16,34	248	17,84	51	13,49
TOTAL		1.395	100	1.390	100	378	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se uma redução de 05 processos solucionados na Unidade Judiciária, na comparação com o ano anterior - diminuição de 0,36%. Esse desempenho se mostra inferior à média em toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou uma aumento médio de 8,13% no número de processos solucionados, bem como abaixo da média apresentada por unidades similares, que observou um aumento médio de 13,51% no montante de processos solucionados no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	-0,36%	-72,81%	Vara	-14,51%	-60,07%
Unidades similares*	13,51%	-80,34%	Unidades similares*	6,86%	-74,24%
4ª Região	8,13%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

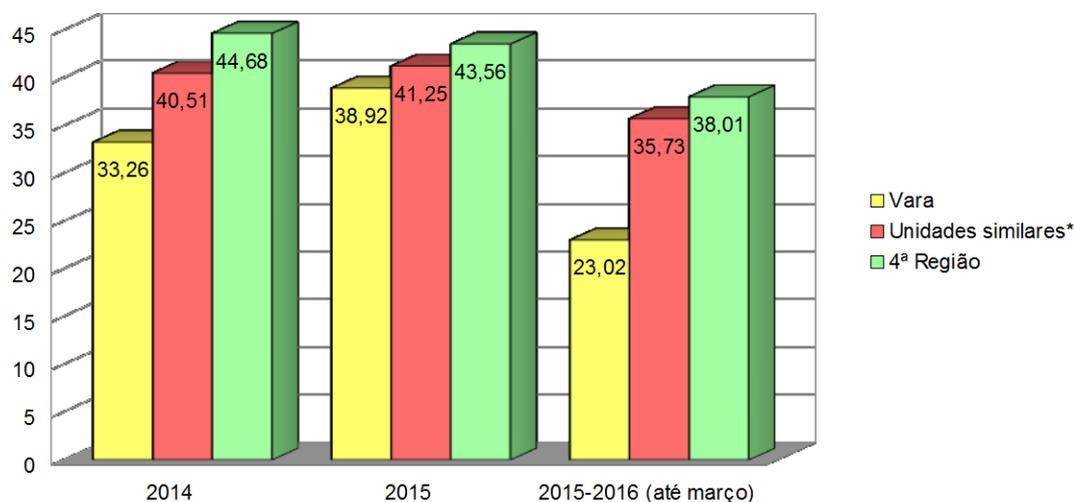
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se redução no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 703 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número se reduziu para 601 decisões, representando uma diminuição de 14,51%. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Em contrapartida, os números evidenciam uma elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 464, representando 33,26% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 541, correspondendo a 38,92% das soluções na fase de conhecimento – índice, no entanto, inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 23,02%, resultado abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Iniciadas	511	464	-9,20%	52	-88,79%
Encerradas	440	333	-24,32%	91	-72,67%
Pendentes	401	507	26,43%	460	-9,27%
Arquivo Provisório	8	1	-87,50%	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 401, em 2014, para 507, em 2015, importando em uma elevação de 26,43%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para esse aumento foi a diminuição em 24,32% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos.

No primeiro trimestre de 2016, os números refletem uma redução no estoque de processos pendentes na fase de liquidação para 460 processos, o que representa uma queda de 9,27% no total de processos em liquidação.

Observa-se, ainda, que os números da tabela apresentam inconsistências, uma vez que o número das liquidações pendentes não



corresponde ao quantitativo de processos pendentes do período anterior acrescido das liquidações iniciadas e subtraído das liquidações encerradas. Tal distorção decorre, provavelmente, de erros na movimentação dos processos no sistema informatizado.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	86,11%	71,77%	-16,65%	175,00%	143,84%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	80,52%	-9,29%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 71,77% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 16,65% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi inferior, em termos percentuais, à média apresentada pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (em 17,01 pontos percentuais), bem como à média geral do TRT4 16,66 pontos percentuais), refletindo uma piora nos números do ano anterior.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	51,10%	38,50%	-24,67%	16,28%	-57,71%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	21,77%	-59,34%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 38,50% do número total de liquidações a encerrar – resultado 24,67% pior que o verificado em 2014. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 15,05 pontos percentuais e inferior à média geral do TRT4 em 15,82 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução



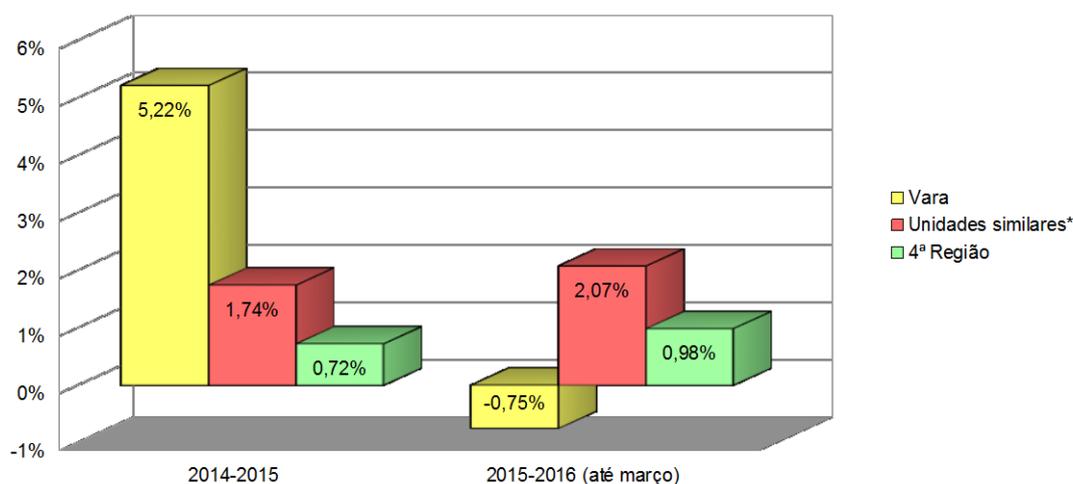
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até março.)	Varição 2015-2016
Entrada	Iniciadas	537	387	-27,93%	104	-73,13%
	Desarquivadas para prosseguimento	436	70	-83,94%	4	-94,29%
Saídas	Encerradas	408	151	-62,99%	21	-86,09%
	Arquivadas Provisoriamente	62	15	-75,81%	1	-93,33%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	65	34	-47,69%	23	-32,35%
	Demais	1.200	1.297	8,08%	1.298	0,08%
	Total	1.265	1.331	5,22%	1.321	-0,75%
Saldo no arquivo Provisório		984	928	-5,69%	924	-0,43%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre aumentou de 1.265 para 1.331 processos, o que corresponde a uma elevação de 5,22%. Esse desempenho é inferior àquele apresentado pelas Unidades que compõem o TRT da 4ª Região, o qual registrou uma elevação média de 0,72% em seu acervo processual. Um dos principais fatores a contribuir para essa elevação foi uma diminuição significativa na quantidade de execuções encerradas no período.

No primeiro trimestre de 2016, no entanto, os números apontam uma queda de 0,75%, sinalizando uma reversão da tendência de elevação apresentada na comparação com o ano de 2014.

Varição dos processos pendentes na fase de execução



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**



Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	75,98%	39,02%	-48,65%	20,19%	-48,25%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	63,13%	-19,70%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 39,02% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 48,65% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi 39,60% inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 41,02% menor que a média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 08a Vara	12,88%	5,73%	-55,52%	0,89%	-84,49%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	3,74%	-76,34%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 5,73% do número total de execuções a encerrar – resultado 55,52% menor que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi 10,08% inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 9,66% abaixo da média geral do TRT da 4ª Região, constatando-se uma queda no desempenho da Unidade neste particular.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	203	142	-30,05%	26	-81,69%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	147	107	-27,21%	18	-83,18%



Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.559	1.568	0,58%	1.570	0,13%
---	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de 42 processos com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	Processo nº 0000149-19.2012.5.04.0008
Em 23/06/2014 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Mirna Giuliani Martins Esquerdo continua inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
2	Processo nº 0075500-13.2003.5.04.0008
Em 14/04/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, o executado Cláudio Gallego (Sucessão de) continua inscrito no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
3	Processo nº 0076700-79.2008.5.04.0008
Em 23/06/2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Medeiros & Melquiades Serviços na Web Ltda. - M.E., Diego Medeiros Boryca e Solange Melquíades permanecem inscritas no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
4	Processo nº 0093300-88.2002.5.04.0008
Em 16/07/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Nolisa Comércio de Perfumes e Cosméticos Ltda. permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer”.	
5	Processo nº 0143300-73.1994.5.04.0008
Em 18/09/2014 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, os executados Service Sul Representações e Serviços Ltda., Ernani Romero e Maria Aparecida Romero permanecem inscritos junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem	



garantia”.

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até março.)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	334	385	86	233	216	113	65	89	77
Antecipações de tutela	166	55	108	153	140	101	42	29	37
Impugnações à sentença de liquidação	74	68	48	79	44	74	30	31	75
Embargos à execução	170	163	130	160	135	154	49	39	164
Embargos à arrematação	3	3	0	2	2	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	4	4	1	2	2	1	0	0	1
Exceções de pré-executividade	15	8	27	9	7	29	2	7	24
Total	766	686	400	638	546	472	188	195	378

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 638 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 16,71% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou decréscimo de 20,41% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 686 para 546. Houve aumento de 18% no número total de incidentes processuais pendentes de decisão, que passou de 400 para 472 processos, o que se atribui, sobretudo, a uma redução no número de embargos à execução e declaratórios julgados no ano de 2015. Destaca-se que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 378 processos, saldo 19,92% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que corresponde a maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda, em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento



do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja, ainda, pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, tal como se demonstra nos exemplos que seguem:

1	Processo nº 0110300-96.2005.5.04.0008
Situação processual: Em 22/04/2015 foram opostos Embargos Declaratórios pela reclamada. Os embargos não foram conhecidos por inexistência de vício ou omissão no despacho através de simples decisão, em 28/4/2015. No entanto, uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, Decisão em Incidente Processual, permanece a pendência junta ao e-Gestão.	
2	Processo nº 0021040-56.2015.5.04.0008
Situação processual: Formulado pedido de antecipação dos efeitos da tutela, este foi analisado mediante simples despacho, razão pela qual permanece pendente de solução junto ao sistema e-Gestão.	
3	Processo nº 0113800-30.1992.5.04.0008
Situação processual: Em 04/07/2014 foi interposta impugnação à sentença de liquidação, a qual foi analisada por meio de mero despacho. Assim, não sendo dada a devida solução, qual seja, Decisão em Incidente Processual, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
4	Processo nº 0106800-80.2009.5.04.0008
Situação processual: Em 02/03/2015 foram apresentados embargos à execução/penhora, que foi rejeitado de plano por meio de mera decisão/despacho. Não tendo sido manejada a solução específica, qual seja, Decisão em Incidente Processual, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	
5	Processo nº 0001142-96.2011.5.04.0008
Situação processual: Em 15/04/2015 foi apresentada Exceção de Pré-executividade, que foi rejeitada por meio de simples decisão/despacho. Não tendo sido manejada a solução específica, qual seja, Decisão em Incidente Processual, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.04.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

Registre-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)



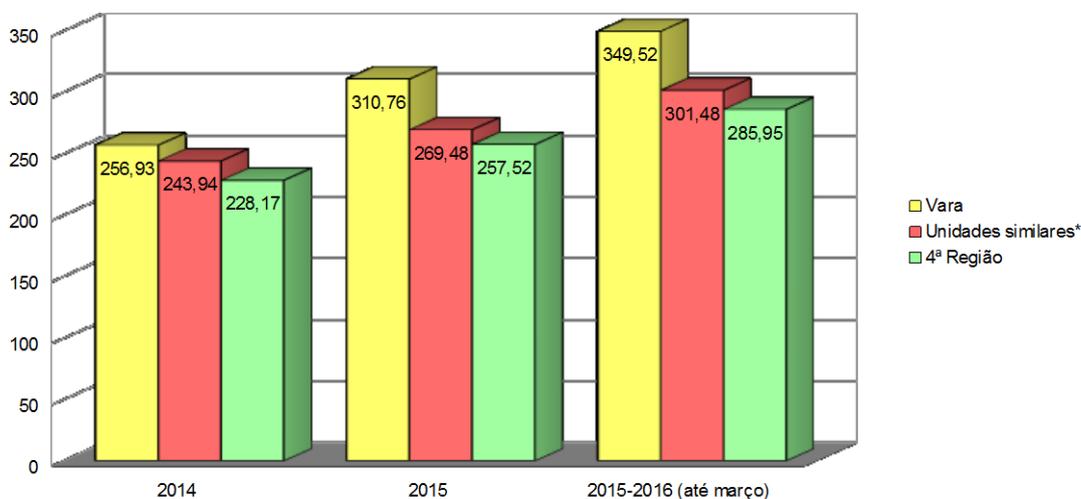
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	131,07	157,88	20,45%	151,54	-4,01%
	Ordinário	273,87	328,41	19,91%	372,05	13,29%
	Total	256,93	310,76	20,95%	349,52	12,47%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 20,95%, passando de 256,93 para 310,76 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 20,45% em relação à média do ano anterior, passando de 131,07 para 157,88 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 328,41 dias, prazo este 19,91% superior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

Da mesma forma, identifica-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 15,32% superior (41,27 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 20,67% maior (53,24 dias) que a média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, mantendo-se estável a diferença verificada em relação ao ano de 2014. Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 349,52 dias, resultado este 15,93% maior (48,04 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 22,23% superior (63,56 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

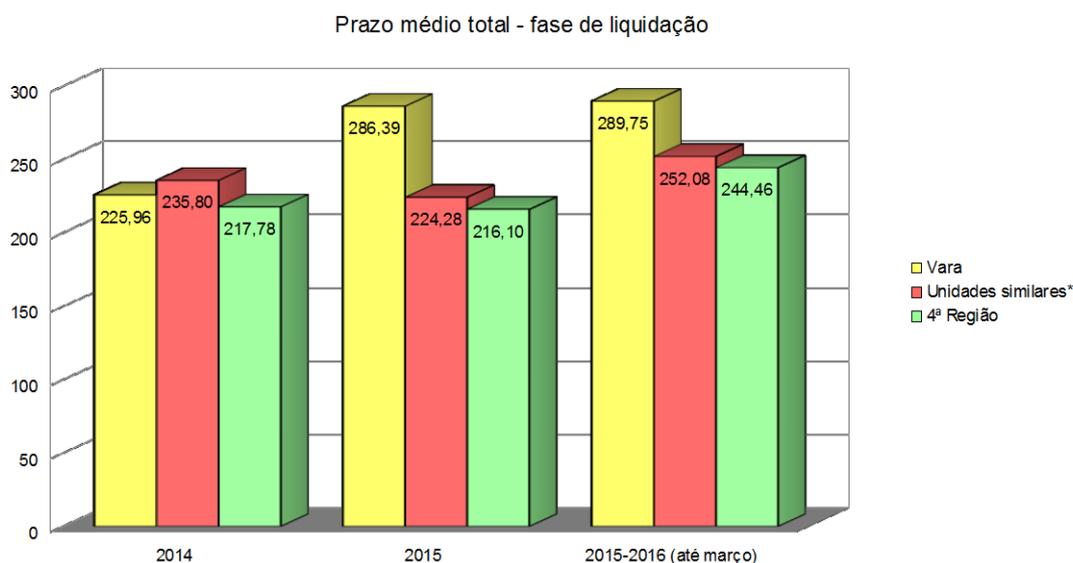


Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	174,22	181,33	4,08%	163,25	-9,97%
	Ordinário	233,61	289,6	23,96%	303,62	4,84%
	Total	225,96	286,39	26,74%	289,75	1,17%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 181,33 dias, apresentando uma elevação de 4,08% em relação à média de prazo do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 289,6 dias, prazo este 23,96% superior em comparação ao verificado em 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos até o final do mês de março, apontam uma tendência de pequena elevação do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no que diz respeito ao rito ordinário.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 62,11 dias mais elevado do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 70,29 dias maior na comparação com a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 14,94% superior (37,67 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 18,53% maior (45,3 dias) que o prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	466,21	889,94	90,89%	1.274,29	43,19%
	Ente público	985,50	1.687,33	71,22%	..	Não aplicável
	Total	501,92	934,24	86,13%	1.274,29	36,40%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 466,21 dias, em 2014, para 889,94 dias, em 2015 (aumento de 90,89%). No primeiro trimestre de 2016, os dados parciais indicam uma tendência de elevação do prazo médio para 1.274,29 dias, prazo este 43,19% maior que o do período anterior.

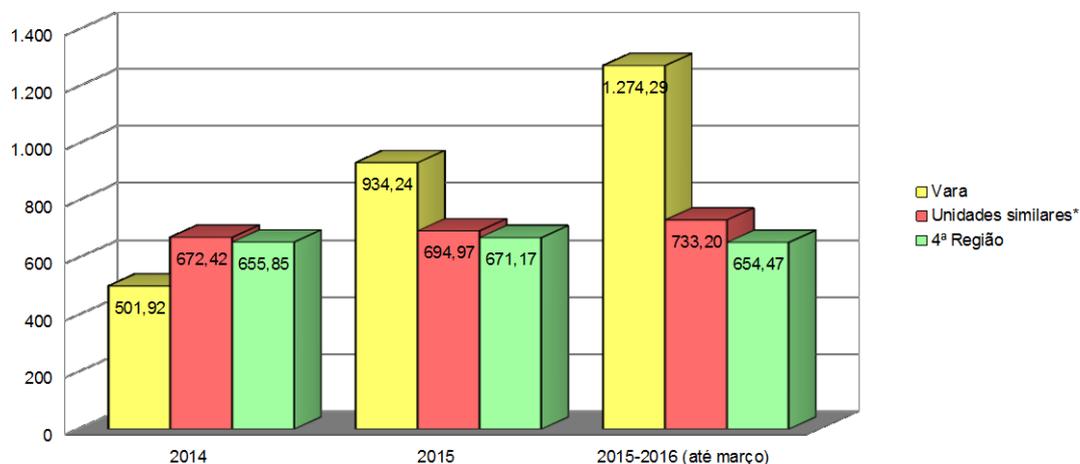
Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 985,50 dias, em 2014, para 1.687,33 dias, em 2015, representando uma elevação de 71,22% na comparação com o ano anterior. Não há elementos que permitam a avaliação do prazo médio, neste quesito, no ano corrente.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 34,43% superior (239,27 dias) ao das Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 39,20% maior (263,08 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que, no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio da Unidade foi 73,80% maior (541,08 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 94,70% maior (619,81 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.684	1.390	82,54%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
890	884	99,33%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
385	430	111,69%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.



5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
11	11	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	34	43	33	Meta não cumprida	
2º Estado do Rio Grande do Sul	29	35	28	Meta não cumprida	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	41	9	40	Meta cumprida	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	4	3	Meta não cumprida	
5º União	18	12	17	Meta cumprida	
6º OI S.A.	30	27	29	Meta cumprida	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	27	9	26	Meta cumprida	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	12	25	11	Meta não cumprida	
9º Banco do Brasil S.A.	14	10	13	Meta cumprida	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	43	40	42	Meta cumprida	

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT’s que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

**META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015
PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO**



Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	256,93	310,76	254,36	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	580	464	522	541	528	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até março)
418	378	90,43%	Período insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e março de 2016	%	Resultado parcial (até janeiro)
1.087	905	83,26%	Meta ainda não cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até março.)	Meta para 2016	Resultado parcial (até janeiro)
Total de acordos	580	464	522	87	533	Período de apuração



Média mensal de acordos	48,33	38,67	43,5	29,00	44,42	insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
--------------------------------	-------	-------	------	-------	--------------	--

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até janeiro)
104	139	133,65%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até janeiro)
1	Meta ainda não cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	43	42	42	Período insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º	Estado do Rio Grande do Sul	12	10	11	
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	35	33	34	
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	25	25	24	
5º	União	4	3	3	
6º	OI S.A.	27	22	26	



7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	26	20	25	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	36	31	35	
9º	Banco do Brasil S.A.	40	32	39	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	29	25	28	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quintas-feiras, pela manhã e à tarde. O Juiz Rodrigo Machado Jahn (J1) faz pautas segunda-feira à tarde e terças, quartas e quintas pela manhã; a Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck (J2) faz pautas segunda-feira pela manhã, terças, quartas e quintas à tarde. Eventualmente, são feitas pautas às sextas-feiras para incluir iniciais. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	6 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	6 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	-
Tarde	6 (I) 1 (U ou CPI) 4 (P)	-	-	-	-

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	1-2 (U) 4 a 6 (P)	-	-	-	-
Tarde	-	1-2 (U) 4 a 6 (P)	1-2 (U) 4 a 6 (P)	30 (I)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria na data da correição)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

6.2 PAUTAS LIVRES



Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	30.06.2016	09.06.2016	30.06.2016	09.06.2016
Una Sumaríssimo	28.06.2016	28.06.2016	29.06.2016	28.06.2016
Instrução	10.04.2017	26.10.2016	21.02.2017	27.09.2016

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria na data da correição)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	71,56	65,75	-8,13%	92,67	40,95%
	Ordinário	69,71	63,82	-8,45%	89,95	40,96%
	Total	69,94	64,01	-8,47%	90,2	40,91%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 71,56 dias, em 2014, para 65,75 dias, em 2015 (redução de 8,13%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário diminuiu de 69,71 dias, em 2014, para 63,82 dias, em 2015 (redução de 8,45%). Os dados parciais do ano de 2016 indicam aumento de prazo médio.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazos médios menores do que os apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até março.)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	34,88	40,01	14,72%	62,68	56,65%
	Ordinário	158,6	184,91	16,59%	236,08	27,67%
	Total	139,97	169,7	21,25%	219,40	29,28%



As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo aumentado de 34,88 dias, em 2014, para 40,01 dias, em 2015 (variação de 14,72%). O rito ordinário registrou elevação da média de 158,6 dias, em 2014, para 184,91 dias, em 2015 (variação de 16,59%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis apresentam prazos médios maiores do que os apontados pelo Sistema e-Gestão

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Átila Da Rold Roesler	28	17	4	0	49
Carolina Hostyn Gralha Beck	895	491	96	3	1.485
Eny Ondina Costa Da Silva	639	355	86	13	1.093
Jaqueline Maria Menta	7	2	1	0	10
Kelen Patrícia Bagetti	7	3	1	0	11
Sonia Maria Pozzer	0	2	1	0	3
(Juiz não informado)	3	0	0	0	3
TOTAL	1.579	870	189	16	2.654

Juiz (a)	2016 (até 31.03)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Carolina Hostyn Gralha Beck	123	80	7	1	211
Eny Ondina Costa Da Silva	79	50	13	1	143
Rodrigo Machado Jahn	97	57	17	0	171
TOTAL	299	187	37	2	525

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila Da Rold Roesler	5	2	0	7	5	12
Carolina Hostyn Gralha Beck	326	288	6	620	112	732
Eny Ondina Costa Da Silva	204	290	7	501	119	620
Jaqueline Maria Menta	2	0	0	2	1	3
Kelen Patrícia Bagetti	2	1	0	3	-	3
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	9	9
Maria Silvana Rotta Tedesco	2	0	0	2	2	4
Osvaldo Antonio Da Silva Stocher	-	3	0	3	-	3
Rodrigo De Almeida Tonon	-	1	0	1	-	1
Rodrigo Machado Jahn	-	2	0	2	-	2
Vinícius Daniel Petry	-	1	0	1	-	1
Total	541	588	13	1.142	248	1.390

2016 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Átila Da Rold Roesler	-	14	0	14	-	14
Carolina Hostyn Gralha Beck	35	94	2	131	13	144
Eny Ondina Costa Da Silva	12	59	2	73	13	86
Rodrigo Machado Jahn	40	68	1	109	25	134
Total	87	235	5	327	51	378

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Titular Eny Ondina Costa da Silva	Processos de cognição	57
Juíza Titular Eny Ondina Costa da Silva	Impugnação à Sentença de Liquidação	11
Juíza Titular Eny Ondina Costa da Silva	Embargos à Execução	08
Juíza Titular Eny Ondina Costa da Silva	Exceção de Pré-Executividade	01
Juíza Substituta Carolina Hostyn Gralha Beck	Processos de cognição	29
Juíza Substituta Carolina Hostyn Gralha Beck	Embargos de Declaração	01



Juíza Substituta Jaqueline Maria Menta	Processos de cognição	01
Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel	Embargos de Declaração	01
Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn	Processos de cognição	01
Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn	Impugnação à Sentença de Liquidação	02
Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn	Embargos à Execução	03
Total: 184 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 02.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 14.03.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

No PJE os despachos são cumpridos tão logo assinados.

Nos processos físicos, as notificações e os ofícios são cumpridos em 15 dias. Os despachos urgentes são priorizados.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são feitas semanalmente, ou de 15 em 15 dias.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Cumprimento em até 15 dias. Os precatórios e RPV's são expedidos no mesmo prazo.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são expedidos diariamente.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 145 ao dia, computadas as de processo físico e de PJe.

No dia 03.05.2016 estavam sendo apreciadas as petições protocoladas por meio físico em 19.04.2016 e as protocoladas no PJE em 26.04.2016. Ainda há algumas petições do início de abril para apreciação, as quais requerem uma análise mais acurada.

As petições urgentes são apreciadas em até 48 horas.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

No dia da correição estavam sendo certificados os prazos vencidos até o dia 10.04.2016.

Nos processos eletrônicos a certificação do prazo é feita a cada 15 dias.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT



A remessa de autos ao TRT ocorre com periodicidade semanal.

7.7 CONVÊNIOS

São utilizados todos os convênios disponíveis.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento é feito uma vez por mês.

7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade não tem execuções reunidas.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando do retorno negativo da ordem de bloqueio no BacenJud.

A retirada do BNDT é feita no momento em que determinada a liberação dos alvarás.

7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

Nas empresas em recuperação judicial o processo é arquivado com pendência.

7.12 EXAME DOS LIVROS

7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR (02.05.2016):

	Processo	Prazo
01	0113700-21.2004.5.04.0008	16.03.2016
02	0000827-97.2013.5.04.0008	07.04.2016
03	0098600-26.2005.5.04.0008	08.04.2016
04	0038600-17.1992.5.04.0008	11.04.2016
05	0000042-43.2010.5.04.0008	13.04.2016
06	0001044-43.2013.5.04.0008	13.04.2016
07	0000468-50.2013.5.04.0008	13.04.2016
08	0000221-06.2012.5.04.0008	15.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.05.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.



7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR:

	Processo	Prazo
01	0000879-93.2013.5.04.0008	03.02.2016
02	0001329-41.2010.5.04.0008	28.03.2016
03	0001267-30.2012.5.04.0008	31.03.2016
04	0133900-10.2009.5.04.0008	04.04.2016
05	0000247-04.2012.5.04.0008	05.04.2016
06	0001561-82.2012.5.04.0008	11.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 02.05.2016)

7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR:

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 02.05.2016, verificou-se a existência de 01 (um) mandado com carga vencida há mais de dez dias (008-00034/16). Constatou-se, entretanto, a cobrança pelo sistema inFOR em 28.04.2016.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 02.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **241 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000168-88.2013.5.04.0008
<p>Fase: Conhecimento</p> <p>Aspectos Gerais dos autos: ausência de especificação da data do ato processual: termo de juntada lançado à fl. 950v não está datado. (Art. 148 da CPCR e Art. 168 do CPC de 1973)</p> <p>Petição não apreciada: petição protocolada pelo reclamante em 26.11.2013 (fls. 970 - 972), solicitando esclarecimento quanto ao despacho que notificou as partes acerca de audiência a ser realizada em Juízo deprecado, sem apreciação posterior pelo Juízo. (Art. 162, §3º, do CPC de 1973)</p> <p>Ausência de assinatura em ata de audiência: não consta assinatura da Juíza na ata de audiência da fl. 1109.</p>	



Movimentação Processual: nada a apontar.

Adiamentos sucessivos da audiência de prosseguimento:

Processo distribuído em 14.02.2013.

1) Audiência inicial realizada em 26.03.2013, com prosseguimento designado para 02.09.2013 (fl. 576). – Juíza Fernanda Guedes Pinto Cranston Woodhead

2) 1ª audiência de prosseguimento realizada em 02.09.2013 (fl. 959) – adiada para 09.04.2014 em razão da necessidade de renovação da remessa de carta precatória à CDF de Caxias do Sul. Juíza Eny Ondina Costa da Silva.

3) 2ª audiência de prosseguimento realizada em 09.04.2014 (fl. 987) – adiada para 25.09.2014 em razão da necessidade de vista pela reclamada de documentos juntados pelo reclamante. Juíza Eny Ondina Costa da Silva.

4) A audiência que seria realizada em 25.09.2014 foi adiada para 27.11.2014 em decorrência das férias regulamentares da Magistrada, conforme decisão proferida em 12.09.2014 (decisão da fl. 1084). Juíza Eny Ondina Costa da Silva

5) 3ª audiência realizada em 27.11.2014 (fl. 1091) foi adiada para 24.04.2015 em decorrência da impossibilidade de comparecimento da testemunha do reclamado, Banco do Brasil, a qual havia sido convidada para comparecer as duas audiências anteriores. – Juíza Eny Ondina Costa da Silva.

6) A audiência que seria realizada em **24.04.2015 foi adiada para 31.03.2016** em decorrência de compromisso da Magistrada perante a Escola Judicial do Tribunal, conforme consta na decisão proferida em 14.04.2015 (decisão da fl. 1096). Juíza Eny Ondina Costa da Silva.

7) 4ª audiência realizada em 31.03.2016 (fl. 1109) foi adiada para 02.06.2016, constando em audiência que o adiamento era justificado pelo *“impedimento da Magistrada, já noticiado nos autos”*. Juíza Eny Ondina Costa da Silva

Consta ainda na ata o requerimento do reclamante para que a nova audiência de prosseguimento fosse designada para o período da tarde em razão da dificuldade do deslocamento das testemunhas. Todavia, conforme decisão da fl. 1111, a audiência foi designada para o dia 02.06.2016 às 09h30min, conforme decisão do Juiz Rodrigo Machado Jahn.

Processo nº 0133700-03.2009.5.04.0008

Fase: Execução

Peculiaridade:

Duas Cartas Precatórias expedidas em 13.10.2014 com a mesma ordem (penhora no rosto dos autos do processo nº 0116100.69-2009.5.02.0316), direcionadas à SDF de Guarulhos e a 6ª VT de Guarulhos (fls. 497 e 499).

A Carta Precatória (fl. 497) expedida à SDF da JT de Guarulhos, mediante o envio de carta registrada, retornou com a informação de endereço inexistente (fl. 498v).

Em 22.05.2015 (fl. 565), foi determinado o envio de nova precatória à SDF de Guarulhos para penhora de imóvel registrado no 1º Ofício daquela cidade - cópia da matrícula juntada às fls. 558 – 564. Essa CP foi expedida em 09.09.2015 e distribuída à 11ª VT de Guarulhos – processo nº 1001594-38.2015.5.02.0321 (fl. 570).

Foi determinado ainda que, após a realização da penhora, a 6ª VT de Guarulhos fosse comunicada do ato, uma vez que já havia efetuado penhora sobre o mesmo imóvel em momento anterior.

Em 07.04.2016 (fl. 583), o reclamante informou que o imóvel havia sido arrematado no processo nº 0000987-96.2011.5.02.0316 com trâmite na 6ª VT de Guarulhos.

Posteriormente, foi proferida decisão em 07.04.2016 (fl. 591), determinando a expedição de ofício, por meio eletrônico, à 11ª VT de Guarulhos para que esse Juízo deprecado expedisse mandado de penhora nos rostos dos autos do referido processo com trâmite na 6ª VT daquela cidade. Malote digital encaminhado em 07.04.2016 (fl. 593).

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada não observada: carta de preposição e instrumento de procuração juntados antes do estatuto social da reclamada (fls.177 - 201). (Art.



67 da CPCR)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 14.06.2010 (fl. 270) para ciência do reclamante acerca de laudo pericial complementar. (Art. 95 da CPCR)

Ausência de decisão, despacho ou certidão necessários à prática do ato processual: realizada citação do reclamado para pagamento ou nomeação de bens à penhora (fl. 365) em novo endereço informado pelo reclamante, sem despacho anterior nesse sentido ou certidão “de ordem”. (Artigos. 96 da CPCR e 880 da CLT)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 379v não menciona os documentos (fls. 382 - 384) que acompanham a petição do reclamado. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Ausência ou atraso na solicitação de informação ao Juízo deprecado acerca do cumprimento de Carta Precatória: **1**) carta precatória para penhora de imóvel (fl. 455) expedida em 21.07.2013. Após, houve solicitação de informações acerca da distribuição, apenas, em 10.10.2013 (fl. 457) **2**) Após expedição de ofício em 11.12.2013 ao Juízo deprecado (fls. 463-464), solicitando o prosseguimento no cumprimento da CP, não houve nova consulta à Vara deprecada por iniciativa de ofício do Juízo deprecante **3**) Carta precatória expedida em 09.09.2015 (fl. 567), com solicitação de informações encaminhada, apenas, em 11.03.2016 (fl. 581). (Art. 86, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre trânsito em julgado e início da fase de liquidação: certidão de trânsito em julgado exarada em 17.09.2010 (fl. 307). Após petição do reclamante protocolada em 17.11.2010, foi proferida decisão inicial da fase de liquidação de sentença em 01.02.2011 (fl. 315). (Artigos 878 e 879 da CLT).

Demora no impulso processual – preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 28.02.2011 para reclamada apresentar cálculos de liquidação, com certidão exarada em 30.03.2011 (fl. 318).

Demora no impulso processual – entre ato praticado e conclusão subsequente: petição de cálculos do Perito juntados aos autos (fls. 321-330) em 04.05.2011, com conclusão para decisão subsequente realizada em 02.06.2011 (fl. 331).

Demora no impulso processual – entre decisão e respectivo cumprimento: decisão proferida em 10.08.2012 (fl. 386), determinando a consulta de informações sobre operações da reclamada junto ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional, com cumprimento respectivo certificado, apenas, em 08.03.2013 (fl. 387).

3

Processo nº 0062200-71.2009.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada: ordem de juntada não observada: carta de preposição e instrumento de procuração juntados antes do estatuto social da reclamada (fls. 30 – 39). (Art. 67 da CPCR)

Ausência de especificação da data do ato processual: termo de juntada lançado à fl. 206v não está datado. (Art. 148 da CPCR e Art. 168 do CPC de 1973)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 280v não menciona os documentos (fls. 284 -289) que acompanham a petição dos reclamados. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR).

Ausência ou atraso na solicitação de informação ao Juízo deprecado acerca do cumprimento de Carta Precatória: **1**) carta precatória para penhora de imóvel (fl. 394) expedida em 09.12.2013. Após, houve solicitação de informações acerca da distribuição, apenas, em 09.07.2014 (fl.404) **2**) Após a juntada de consulta processual dos andamentos da Carta Precatória (fls. 410 - 411) em 06.11.2014, houve nova solicitação de informações ao Juízo deprecado, apenas, em 01.06.2015 (fl. 413) (Art. 86, parágrafo único, da CPCR).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre trânsito em julgado e início da fase de liquidação: certidão de trânsito em julgado exarada em 13.10.2010 (fl. 218), com decisão inicial da fase de liquidação de sentença proferida em 13.12.2010 (fl. 221).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento correspondente: decisão proferida em 15.02.2013 (fl. 344), determinando a consulta junto ao sistema INFOJUD em relação aos sócios, com cumprimento correspondente efetuado em 01.08.2013 (fl. 345).



Demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após juntada aos autos de aviso de recebimento de ofício encaminhado ao Juízo deprecado (fl. 418), bem como de consulta processual quanto ao andamento da Carta Precatória realizado em 12.01.2016 (fl. 419), não houve movimentação processual.

4

Processo nº 0001316-37.2013.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração e ato constitutivo da 1ª reclamada juntados fora de ordem e após a contestação (fls. 53 - 61). (Art. 67 da CPCr)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 221v não menciona os documentos (fls.223- 225) que acompanham a petição do reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPCr).

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa aos vencimentos dos prazos sucessivos preclusivos entre 18.02 e 18.03.2015 (fls. 286 -288) para ciência das partes acerca dos cálculos apresentados pelo Perito. (Art. 95 da CPCr)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e conclusão dos autos para decisão subsequente: vencimento do prazo preclusivo em 18.03.2015 para ciência da 2ª reclamada acerca dos cálculos, com conclusão subsequente realizada em 05.10.105 (fl. 291).

5

Processo nº 0000770-16.2012.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada não observada: carta de preposto e substabelecimento juntados antes do ato constitutivo da reclamada (fls. 111 - 121). (Art. 67 da CPCr)

Ausência de etiqueta na capa dos autos referente à tramitação preferencial: decisão proferida em 09.10.2013 (fl. 273), deferindo a tramitação preferencial, com determinação de aposição de etiqueta aos autos, sem cumprimento posterior. (Art. 76, §4º, da CPCr)

Movimentação Processual: nada a apontar.

6

Processo nº 0027600-20.1992.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executados citados por mandado (fls. 379v e 380v) em 21.05 e 13.05.2014, sem a correspondente certidão quanto ao decurso do prazo. (Art. 111 da CPCr).

Decisão não cumprida: decisão proferida em 23.10.2015 (fl. 420), determinando a quebra do sigilo fiscal dos executados mediante o sistema INFOJUD, sem cumprimento correspondente certificado nos autos.

Movimentação Processual: processo sem movimentação por mais de 30 dias: após devolução do mandado de penhora pelo Oficial de Justiça em 18.09.2014 (fl. 397v) com resultado negativo, não houve conclusão para decisão posterior até o protocolo de petição do reclamante em 21.01.2015 (fl. 399).

7

Processo nº 0000940-85.2012.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada não observada: carta de preposto e instrumento de procuração juntados antes do ato de alteração contratual da reclamada (fls.19 - 29). (Art. 67 da CPCr)

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução do processo no termo de carga da fl. 51. (Art. 53, parágrafo único, da CPCr)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 04.05.2015 (fl.134) para ciência do reclamante acerca de consulta ao INFOJUD e



manifestação para prosseguimento da execução. (Art. 95 da CPC/2008)
Arquivamento pendente: decisão publicada em 22.01.2016 (fl. 151), noticiando o silêncio do reclamante e determinando o arquivamento do feito com dívida, sem cumprimento posterior. (Art. 131 da CPC/2008).

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento correspondente: decisão proferida em 02.07.2014 (fl. 131), determinando a obtenção de declarações econômicas e de renda dos executados, bem como informações relativas às operações imobiliárias, com cumprimento certificado nos autos, apenas, em 30.03.2015 (fl. 132).

8

Processo nº 0000032-91.2013.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ausência de certidão quanto ao não pagamento pelo executado: executado citado por mandado (fl.112v) em 26.05.2014, sem a correspondente certidão quanto ao decurso do prazo. (Art. 111 da CPC/2008).

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução do processo no termo de carga da fl. 175. (Art. 53, parágrafo único, da CPC/2008)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: decisão proferida em 21.01.2015 (fl. 145), determinando o bloqueio de valores através do sistema Bacenjud, com cumprimento correspondente realizado em 03.03.2015 (fl. 149).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento correspondente: decisão proferida em 17.08.2015 (fl. 170), determinando a obtenção de declarações de renda da executada, bem como informações relativas às operações imobiliárias, com cumprimento certificado nos autos, apenas, em 19.01.2016 (fl. 172)

9

Processo nº 0001314-38.2011.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 76v não menciona os documentos (fls.79 -86) que acompanham a petição do reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPC/2008).

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução do processo no termo de carga da fl. 148. (Art. 53, parágrafo único, da CPC/2008)

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre preclusão do prazo e conclusão para decisão subsequente: vencimento do prazo para pagamento ou garantia da execução (fl. 135) em 07.03.2014, com conclusão subsequente realizada em 07.05.2014 (fl. 136).

Demora no impulso processual – entre devolução do mandado e conclusão subsequente: mandado com resultado negativo (fls. 144- 145) devolvido em 22.07.2014, com conclusão subsequente realizada em 07.10.2014 (fl. 146).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: decisão proferida em 12.01.2015 (fl. 154), determinando o bloqueio cautelar de valores dos sócios executados, com cumprimento correspondente em 05.03.2015 (fl. 158).

Demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: após o recibo de protocolo do sistema Bancejud em 27.01.2016 (fls. 167 - 168), não houve movimentação posterior nos autos.

10

Processo nº 0000915-38.2013.5.04.0008

Fase: Execução

Aspectos Gerais dos autos: ordem de juntada não observada: instrumento de procuração juntado antes do ato de alteração contratual da reclamada (fls.23 - 26). (Art. 67 da CPC/2008)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo recursal comum (fls. 48-49) em 08.07.2014 (Art. 95 da CPC/2008)

Movimentação Processual: nada a apontar.



8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 02.05.2016.

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000661-70.2010.5.04.0008	0000843-51.2013.5.04.0008
Demora no impulso processual e/ou registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0000800-17.2013.5.04.0008	0000822-12.2012.5.04.0008
0041700-91.2003.5.04.0008	0124600-24.2009.5.04.0008

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Diretora de Secretaria a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Diretora de Secretaria, a Juíza ordena a liberação do depósito recursal em favor do credor quando da homologação dos cálculos.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que a Juíza **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.



Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria, o trabalho é dividido por tarefas: um servidor trabalha na execução e dois servidores nas demais tarefas.

Foi informado, também, que são protocoladas, em média, 130 petições por dia. Na data da correição (03.05.2016) estavam sendo apreciadas as petições protocoladas em 25.04.2016, com exceção das petições urgentes, que já haviam sido apreciadas, e estava sendo certificado o prazo do dia 10.04.2016.

Os despachos são cumpridos tão logo assinados.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 02.05.2016, véspera da Correição, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com a Diretora de Secretaria. No dia 02.05.2016 a posição era a seguinte:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	7
Processos com petições avulsas	5
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	1
Processos sob análise de prevenção	185
Processos com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado	2
Processos com petições não apreciadas	55
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	34
Processos com audiências não designadas	46
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	6

Pasta (Conhecimento - 2277 tarefas)	Quantidade de Processos
Aguardando Cumprimento de Providência	263
Aguardando apreciação pela instância superior	451
Aguardando audiência	698
Aguardando ciência	2
Aguardando prazo - ED	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Aguardando prazo – recurso	11
Aguardando término dos prazos	226
Analisar Despacho	2
Analisar Despacho - Conversão em diligência	1
Analisar expediente da secretaria	1
Análise do Conhecimento	27
Análise do Sobrestamento	4
Apreciar Urgentes	2
Apreciar admissibilidade de recurso	1
Apreciar dependência	25
Controle de Sobrestamento-Suspensão	6
Encaminhar Carta	2
Intimações automáticas com pendências - Con	23
Minutar Decisão	46
Minutar Despacho	1
Minutar Sentença - ED	7
Minutar sentença	206
Nó de Desvio - Conversão em diligência	1
Prazos vencidos	36
Preparar comunicação	181
Recebimento de instância superior	9
Remeter ao 2o Grau	1
Triagem Inicial	38
Valor Incompatível	2

Pasta (Liquidação - 96 tarefas)	Quantidade de Processos
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	31
Aguardando apreciação pela instância superior	1
Aguardando término dos prazos	49
Análise de Liquidação	5



Minutar sentença – Liq	1
Prazos vencidos	8
Preparar comunicação	1

Pasta (Execução -186 tarefas)	Quantidade de Processos
Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	61
Aguardando apreciação pela instância superior	4
Aguardando audiência - Exec	2
Aguardando término dos prazos	53
Analisar Despacho – Exec	1
Análise das Perícias	1
Análise de Execução	33
Imprimir Correspondência	2
Iniciar Execução	1
Minutar Decisão – Exec	1
Minutar sentença – Exec	3
Prazos vencidos	12
Preparar comunicação	12

Na data da correição foi constatada a existência do agrupador “Processos sob análise de prevenção” contendo 185 processos. Questionada, a Diretora de Secretaria explicou que este agrupador havia sido criado na última versão do PJE e que nele foram concentrados todos os processos existentes, desde a criação do PJE, nos quais há identidade de partes. Segundo ela, com o consentimento dos Juízes, a Unidade optou por não excluir os processos sem antes fazer uma análise minuciosa de cada caso, o que vem sendo feito exclusivamente pela Diretora.

As audiências são designadas em Secretaria, constando do livro-pauta juntamente com as audiências dos processos físicos.

Há uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT



Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **11 expedientes** relativos à 8ª Vara do Trabalho durante o período correccionado: dez no ano de 2015 e uma neste ano de 2016:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	1637/2015	0000881-68.2010.5.04.0008
2015	2081/2015	0069200-35.2003.5.04.0008
2015	3242/2015	0001641.46.2012.5.04.0008
2015	3702/2015	0020969-88.2014.5.04.0008
2015	3833/2015	0000659-53.2012.5.04.0292
2015	4040/2015	0020155-42.2015.5.04.0008
2015	4607/2015	0098400-10.1991.5.04.0008
2015	4794/2015	0000258-33.2012.5.04.0008
2015	5546/2015	0021550-69.2015.5.04.0008
2015	5843/2015	Elogio
2016	0471/2016	0001125-89.2013.5.04.0008

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

Conforme já observado na inspeção correccional realizada no ano de 2015, a 8ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresenta considerável movimentação de servidores. De acordo com a listagem obtida junto ao sistema de Recursos Humanos, cerca de 38% do quadro de servidores foi renovado nesse período – 5 servidores saíram da unidade. Atualmente há 13 servidores e um excedente no quadro. Segundo a Diretora de Secretaria, 7 servidores aderiram à greve no ano de 2015 durante todo o período do movimento paredista.

Quanto à movimentação processual, houve acréscimo no acervo de processos da Unidade. A maior parte desse acervo (48% dos processos) encontra-se na fase classificada como de “conhecimento” - incluídos aqui os processos solucionados mas que ainda não entraram na fase de liquidação/execução.

No ano de 2015, foram solucionados na unidade menos processos que os distribuídos durante o ano. O índice de acordos na unidade é menor que a média de toda a 4ª Região.



No que tange às fases de conhecimento, liquidação e execução, a unidade repete o desempenho do ano anterior: aumento no número de processos em cada fase, bem como aumento no tempo médio de duração do processo na fase.

O prazo para prolação da sentença aumentou 20% em relação ao ano anterior e é maior que o prazo médio do TRT4.

Foram encerradas menos execuções que no ano de 2014, o que acarretou um aumento no saldo de execuções pendentes.

Especificamente quanto à execução, a Diretora informou que são feitas audiências para tentativa de conciliação quando as partes pedem ou quando a secretaria verifica a viabilidade de acordo. Afirmou não haver projeto específico na Unidade para a redução do número de processos em execução. Salientou que o meio mais efetivo para encontrar bens das reclamadas é a pesquisa no cadastro de operações imobiliárias. Ordinariamente o procedimento na execução é o seguinte: primeiro, se utiliza o convênio BacenJud; segundo, o convênio Renajud; terceiro, é feita a penhora via Oficial de Justiça e, por fim, a desconsideração da personalidade jurídica da empresa (de ofício).

Em relação às condições físicas da unidade, na inspeção se pode verificar que o espaço da secretaria é pequeno e que as instalações são precárias. Algumas janelas não abrem e outras tem “abertura permanente” devido à folga na instalação do duto do ar condicionado.

A divisão do trabalho entre a equipe é feita por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Apenas dois servidores atuam no PJE. Entretanto, em duas ocasiões por mês toda a equipe trabalha na certificação do prazo do PJe.

A Diretora de Secretaria observou que a lotação da unidade está completa, com 13 servidores, mas que seriam necessários mais 03 servidores para dar conta do volume expressivo de trabalho. Sugeriu a implantação de mais uma Função Comissionada para o servidor que analisa as impugnações de cálculos. Sugeriu que o setor de Zeladoria passe a coordenar a escala de limpeza das unidades (piso) e a limpeza nos vidros. A Diretora também destacou não ter havido treinamento dos diretores para a utilização do SIMBA. Questionou, ainda, sobre a possibilidade de os processos eletrônicos serem automaticamente disponibilizados aos juízes titular e substituto (J1 e J2) já na triagem inicial, o que facilitaria a disponibilização das pautas no sistema.

Em relação ao PJe, e apesar das situações pontuais apontadas no item 09 supra, a Unidade apresenta um bom fluxo de trabalho.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho dos juízes em exercício e dos servidores para o bom andamento do trabalho. Considerando o elevado número de processos em tramitação e a adesão de grande parte dos servidores à greve ocorrida durante o período correccionado. Deve ser destacada a boa gestão da unidade pela Diretora de Secretaria Jeane Reader. Merece destaque, ainda, o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores durante a inspeção.

13 RECOMENDAÇÕES



ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, corrigindo os andamentos informatizados, quando for o caso.

Recomenda-se a verificação periódica em função de que tais dados possuem reflexos nos processos de promoções dos Magistrados.

ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta no ano de 2016, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015, na fase de conhecimento, foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido alcançada a meta CNJ 1/2015 (Item 5.1.1) pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi integralmente cumprida em relação aos dez maiores litigantes (item 5.1.5).

ITEM 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais e de instrução)

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e que não seja excedido o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução, contado da data da realização da audiência inicial.

14 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, em especial, quanto a aposição da data. (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificadas nos seguintes processos: 0133700-03.2009.5.04.0008, 0062200-71.2009.5.04.0008, 0001316-37.2013.5.04.0008, 0027600-20.1992.5.04.0008, 0000940-85.2012.5.04.0008; 0001314-38.2011.5.04.0008 e 0000032-91.2013.5.04.0008.
- e) sdone o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- f) stente para a determinação de consulta à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPCR.
- g) atente para necessidade de certificar nos autos o vencimento dos prazos para ciência e manifestação das partes, conforme a previsão do artigo 95 da CPCR.;
- h) atente para o que dispõe o Art. 96 da CPCR quanto aos registro e certidão nos autos para evitar situações como a constatada no processo 0133700-03.2009.5.04.0008;
- i) atente para o disposto no artigo 76, §4º, da CPCR, quando se tratar de processo com tramitação preferencial;
- j) observe o que dispõe o artigo 111 da CPCR para evitar situações como a constatada no processo n. 0027600-20.1992.5.04.0008;
- k) atente para que conste nos registros de carga todas as informações consideradas imprescindíveis segundo dispõe o artigo 53 da CPCR.
- l) observe o disposto no artigo 131 da CPCR quanto ao arquivamento de processos, para que não ocorram casos como o constatado no processo n. 0000940-85.2012.5.04.0008.

15 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

15.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)



Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema InFOR.

Determina-se ainda, que, sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, a Unidade verifique a situação dos executados em relação ao BNDT.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à decisão dos Embargos Declaratórios apresentada pela reclamada no processo nº 0110300-96.2005.5.04.0008;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Impugnação à Sentença de Liquidação apresentada pelo reclamante no processo nº 0113800-30.1992.5.04.0008;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos Embargos à Execução apresentados pela reclamada no processo nº 0106800-80.2009.5.04.0008;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da Exceção de Prée-executividade apresentada pela reclamada no processo nº 0001142-96.2011.5.04.0008.

ITENS 7.12.1 e 7.12.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **241 processos** parados, entre os quais estão processos em situação regular, que aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/ sobrestados/ conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria. Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos nos processos abaixo exemplificados **e em todos que estejam em situação similar**, bem como:



- a) proceda o arquivamento dos processos nº 000661-70.2010.5.04.0008 e nº 0000843-51.2013.5.04.0008;
- b) atualize os registros nos processos nº 0000800-17.2013.5.04.0008, 0041700-91.2003.5.04.0008, 0124600-24.2009.5.04.0008 e 000822-12.2002.5.04.0008.

15.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Eny Ondina Costa da Silva, Carolina Hostyn Gralha Beck, Jaqueline Maria Menta, Laura Balbuena Valente Gabriel e Rodrigo Machado Jahn profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

A Juíza Eny Ondina Costa da Silva deverá proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 60 dias.

A Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck deverá proferir suas sentenças no prazo de 30 dias.

O Juiz Rodrigo Machado Jahn deverá proferir suas sentenças no prazo de 30 dias.

A Juíza Jaqueline Maria Menta - Instrução processual deverá proferir sentença no processo n. 0020173-97.2014.5.04.0008 no prazo de cinco dias.

A Juíza Laura Balbuena Valente Gabriel deverá proferir sentença de Embargos de declaração no processo 0000964-16.2012.5.04.0008 no prazo de cinco dias.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Vice-Corregedoria, mediante expediente próprio.

16 SOLICITAÇÕES PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA/JUDICIÁRIA

Solicita-se ao setor de Zeladoria das Varas a organização de escala de limpeza dos vidros das janelas das unidades do Foro.

Solicita-se ao SEMPRO a verificação *in loco* das “aberturas permanentes” nas janelas devido à folga na instalação do duto do ar condicionado, evitando, assim, a entrada de chuva e vento.

Solicita-se a Assessoria Técnico-Operacional da Secretaria da Corregedoria a verificação da possibilidade dos processos eletrônicos, quando houver regime de J1 e J2, serem automaticamente disponibilizados aos juízes titular e substituto, já na triagem inicial, permitindo a disponibilização das pautas no sistema.



17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck, com a Diretora de Secretaria Jeane Rader e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 8ª Vara Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes à unidade. Na ocasião compareceram os advogados Dr. Ivan Lazarotto e Dr. Nilo Amaral, os quais elogiaram o serviço prestado pelos servidores da secretaria, bem como a condução das audiências pelas Juízas.

18 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria, exclusivamente no *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br, sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

19 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Carolina Hostyn Gralha Beck, pela Diretora de Secretaria Jeane Rader e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver, Assessora da Vice-Corregedoria, e Maria Eneida Giordani, Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS COM INCIDENTES PROCESSUAIS PENDENTES HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Eny Ondina Costa Da Silva - Instrução processual (57 processos)

0000723-42.2012.5.04.0008
0021497-25.2014.5.04.0008
0020944-75.2014.5.04.0008
0021363-95.2014.5.04.0008
0021563-05.2014.5.04.0008
0021482-56.2014.5.04.0008
0020577-17.2015.5.04.0008
0021160-02.2015.5.04.0008
0021479-04.2014.5.04.0008
0020578-36.2014.5.04.0008
0021531-97.2014.5.04.0008
0021524-08.2014.5.04.0008
0021522-38.2014.5.04.0008
0021541-44.2014.5.04.0008
0021483-41.2014.5.04.0008
0020632-02.2014.5.04.0008
0020370-86.2013.5.04.0008
0020830-05.2015.5.04.0008
0020649-38.2014.5.04.0008
0020362-44.2015.5.04.0007
0021587-33.2014.5.04.0008
0021556-13.2014.5.04.0008
0021665-27.2014.5.04.0008
0020821-43.2015.5.04.0008
0021518-98.2014.5.04.0008
0021538-89.2014.5.04.0008
0021445-29.2014.5.04.0008
0021384-71.2014.5.04.0008
0021521-53.2014.5.04.0008
0021666-12.2014.5.04.0008
0020023-82.2015.5.04.0008
0021594-25.2014.5.04.0008
0021568-27.2014.5.04.0008
0021648-88.2014.5.04.0008
0020633-84.2014.5.04.0008
0021642-81.2014.5.04.0008
0020476-77.2015.5.04.0008
0020626-92.2014.5.04.0008
0021749-28.2014.5.04.0008
0021700-84.2014.5.04.0008
0020697-94.2014.5.04.0008
0021616-83.2014.5.04.0008
0021660-05.2014.5.04.0008
0021626-30.2014.5.04.0008
0021379-49.2014.5.04.0008
0021745-88.2014.5.04.0008
0021735-44.2014.5.04.0008
0021613-31.2014.5.04.0008



0020000-39.2015.5.04.0008
0021704-24.2014.5.04.0008
0020047-13.2015.5.04.0008
0021747-58.2014.5.04.0008
0021731-07.2014.5.04.0008
0021383-52.2015.5.04.0008
0021710-31.2014.5.04.0008
0021688-70.2014.5.04.0008

Eny Ondina Costa Da Silva - Impugnações à sentença de liquidação (11 processos)

0020011-39.2013.5.04.0008
0000527-72.2012.5.04.0008
0003600-28.2007.5.04.0008
0000758-36.2011.5.04.0008
0000994-85.2011.5.04.0008
0001018-16.2011.5.04.0008
0001077-04.2011.5.04.0008
0001078-52.2012.5.04.0008
0001136-55.2012.5.04.0008
0001151-58.2011.5.04.0008
0075700-35.1994.5.04.0008

Eny Ondina Costa Da Silva - Embargos à execução (8 processos)

0057900-47.2001.5.04.0008
0001232-70.2012.5.04.0008
0003600-57.2009.5.04.0008
0000994-85.2011.5.04.0008
0001077-04.2011.5.04.0008
0001078-52.2012.5.04.0008
0001136-55.2012.5.04.0008
0075700-35.1994.5.04.0008

Eny Ondina Costa Da Silva - Exceções de Pré-executividade (1 processo)

0020511-71.2014.5.04.0008

Carolina Hostyn Gralha Beck - Instrução processual (29 processos)

0020581-54.2015.5.04.0008
0020424-81.2015.5.04.0008
0020543-42.2015.5.04.0008
0020298-31.2015.5.04.0008
0020102-61.2015.5.04.0008
0020873-39.2015.5.04.0008
0020828-35.2015.5.04.0008
0021000-74.2015.5.04.0008
0020646-49.2015.5.04.0008
0020567-70.2015.5.04.0008
0021084-75.2015.5.04.0008
0020647-34.2015.5.04.0008
0021470-42.2014.5.04.0008
0020994-67.2015.5.04.0008
0020514-89.2015.5.04.0008



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020689-83.2015.5.04.0008
0020688-98.2015.5.04.0008
0020699-30.2015.5.04.0008
0021675-71.2014.5.04.0008
0020508-91.2015.5.04.0005
0020712-29.2015.5.04.0008
0021181-75.2015.5.04.0008
0020737-42.2015.5.04.0008
0020716-66.2015.5.04.0008
0020097-39.2015.5.04.0008
0021255-32.2015.5.04.0008
0020600-60.2015.5.04.0008
0021356-69.2015.5.04.0008
0020954-85.2015.5.04.0008

Carolina Hostyn Gralha Beck - Embargos de declaração (1 processos)

0000559-43.2013.5.04.0008

Jaqueline Maria Menta - Instrução processual (1 processo)

0020173-97.2014.5.04.0008

Laura Balbuena Valente Gabriel - Embargos de declaração (1 processo)

0000964-16.2012.5.04.0008

Rodrigo Machado Jahn - Instrução processual (1 processos)

0000011-47.2015.5.04.0008

Rodrigo Machado Jahn - Impugnações à sentença de liquidação (2 processos)

0118900-04.2008.5.04.0008

0028400-86.2008.5.04.0008

Rodrigo Machado Jahn - Embargos à execução (03 processos)

0110300-96.2005.5.04.0008

0118900-04.2008.5.04.0008

0001086-63.2011.5.04.0008